



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 250

**RAÍZES AMAZÔNICAS, UNIVERDADE E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Fábio Carlos da Silva

Belém, Novembro de 2009

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 250

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

RAÍZES AMAZÔNICAS, UNIVERDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL¹

Fábio Carlos da Silva²

Resumo:

O avanço da ciência e da tecnologia, fomentado pela necessidade constante de se aumentar a produção e o consumo de mercadorias na Idade Moderna, tem se revelado impotente para minimizar a pobreza, o desemprego e as desigualdades sociais na maioria dos países africanos, asiáticos e latino-americanos, concentrando o progresso material nos países desenvolvidos. Mesmo assim, esse progresso não tem trazido uma vida mais feliz para a maioria dos habitantes dos Estados Unidos, Europa e Japão, onde, ao contrário, tem crescido a violência, o suicídio, o isolamento e a infelicidade da maioria das pessoas.

Palavras-Chave: Amazônia. Desenvolvimento regional. Ciência e tecnologia.

¹ Esse artigo foi originalmente publicado pela Editora da UFPA, em 2002, como capítulo do livro organizado por Alex Fiúza de Mello, intitulado O Futuro da Amazônia: Dilemas, Oportunidades e Desafios no Limiar do século XXI.

² Doutor em História Econômica/USP; Professor Associado do NAEA/UFPA.

Introdução

Grandes mudanças têm marcado a história mundial nos últimos anos. A transição do século XX para o século XXI caracteriza-se por uma série de transformações na economia, na sociedade e na natureza dos países do planeta, gerando o aparecimento e o agravamento de sérios problemas que têm levado a humanidade a enfrentar níveis crescentes de perda de qualidade de vida em todo o mundo.

O avanço da ciência e da tecnologia, fomentado pela necessidade constante de se aumentar a produção e o consumo de mercadorias na Idade Moderna, tem se revelado impotente para minimizar a pobreza, o desemprego e as desigualdades sociais na maioria dos países africanos, asiáticos e latino-americanos, concentrando o progresso material nos países desenvolvidos. Mesmo assim, esse progresso não tem trazido uma vida mais feliz para a maioria dos habitantes dos Estados Unidos, Europa e Japão, onde, ao contrário, tem crescido a violência, o suicídio, o isolamento e a infelicidade da maioria das pessoas.³

Essa modernização da vida, iniciada em meados do século XIX na Inglaterra, com a aplicação de princípios científicos desenvolvidos nas universidades britânicas, principalmente nos campos da física e da química, tornou possível o surgimento da máquina a vapor, do tear mecânico, das ferrovias e das cidades, como símbolos do início da era moderna e do mundo civilizado.

As mudanças posteriores, decorrentes das necessidades impostas pelas grandes corporações capitalistas multinacionais, são marcadas por inovações tecnológicas que simbolizam a vida moderna contemporânea: o automóvel, a televisão e, mais recentemente, o microcomputador. Todas essas transformações se dão em um cenário de crescentes migrações do campo para as cidades. As metrópoles e megalópoles, tanto no mundo ocidental quanto no oriental, passam a ser o local de moradia e trabalho da maioria da população.

Na Amazônia, cujo símbolo maior é a floresta tropical, região com características geográficas, climáticas e ambientais muito distintas da Europa, a modernização também tem provocado substanciais transformações na vida econômica, social e cultural de seus habitantes, com a utilização da ciência e tecnologia para modernizar e incorporar economicamente os recursos naturais da floresta tropical ao mundo globalizado.

Este artigo procurará abordar o significado dessas transformações ao longo da história na Amazônia brasileira e o papel que as universidades amazônicas deveriam exercer no sentido de contribuir para a construção de um futuro mais promissor para a região.

³ Sobre a piora dos indicadores não convencionais de desenvolvimento que revelam o aumento da infelicidade das pessoas nos países desenvolvidos, ver: Saint Marc, 1994.

A universidade, efetiva ou potencialmente, agrega em seu corpo a vanguarda da elite regional e tem sido, desde a segunda metade do século XX, protagonista vital na história recente da Amazônia. Em maior ou menor grau, esse processo recente de desenvolvimento é resultante da ação ou omissão da elite regional – governantes, políticos, fazendeiros, empresários e intelectuais amazônicos – que, diretamente ou associada a interesses externos, tem ajudado a promover a modernização na Amazônia, a partir de objetivos estritamente econômicos e localizados, o que tem contribuído para o crescimento dos problemas sociais e da degradação ambiental.

Para modificar essa situação, procuraremos mostrar a importância de se construir uma mudança de mentalidade nos quadros da elite amazônica, a partir da mudança de mentalidade dos gestores e docentes das universidades na Amazônia, das quais são egressos os quadros dirigentes dos governos, empresas, partidos políticos, parlamentos e demais instituições públicas e privadas regionais, que, em última instância, são responsáveis pela reprodução dos padrões culturais e econômicos dominantes.

Acreditamos que sem a mudança da principal instituição formadora das elites locais os quadros dirigentes dela egressos permanecerão com as velhas ações conservadoras, ainda que eventualmente com discursos progressistas.

As raízes amazônicas e a mentalidade de nossos governantes e dirigentes

Em trabalho clássico sobre a formação social brasileira, Sérgio Buarque de Holanda (1979) demonstrou magnificamente que nosso presente e, conseqüentemente, nosso futuro estão indelevelmente ligados ao nosso passado. Assim, para modificarmos nosso destino, temos que buscar entender as causas mais profundas de nossa formação social que determinam e caracterizam presentemente o Estado, a sociedade e a mentalidade de nossos dirigentes.

As raízes da formação amazônica, decorrentes da colonização européia, guardam, essencialmente, as mesmas características analisadas pelo historiador paulista, presentes, principalmente, nas regiões nordeste e sudeste do Brasil. Na Amazônia, além do caráter aventureiro dos colonizadores europeus que se estabeleceram na Região e do patrimonialismo no trato com a coisa pública, que explicam em boa medida o comportamento da elite regional, ganham realce no período colonial o extrativismo e a servidão, com a utilização da mão-de-obra indígena aliciada pela Igreja Católica com propósitos de evangelização temporal.

O processo de colonização da Amazônia não significou o estabelecimento de uma política colonial de povoamento da região, mas, ao contrário, a fixação de núcleos coloniais que objetivavam a conquista e não o povoamento territorial.

Esses são fatores que contrastam com os prevaletentes nos pólos dinâmicos da economia brasileira – o nordeste açucareiro e o sudeste cafeeiro e industrial, onde predominou a agricultura e a

escravidão, seguida, no período de modernização da economia brasileira, pela formação, em São Paulo, de um mercado interno, a partir da introdução do trabalho assalariado nas fazendas de café.

Na Amazônia, com a predominância do extrativismo, primeiro com a exploração de produtos originários da floresta e da fauna, como o cacau, pau-rosa, salsaparrilha, tartaruga, couros e peles e, principalmente, borracha, desde o período colonial até o republicano, e madeira, manganês, cassiterita, ferro, bauxita e outros minerais, contemporaneamente, forjou-se uma sociedade fortemente moldada por estruturas hierárquicas verticais, influenciada pela Igreja Católica no âmbito cultural, pelo patrimonialismo herdado das instituições estatais portuguesas e pelo paternalismo e clientelismo decorrentes do sistema de aviação engendrado para viabilizar a produção, transporte, comercialização e consumo da população.

A economia predominantemente extrativista voltada para a exportação e as características histórico-culturais que explicam a mentalidade e o modo de agir da população e das elites locais no atual estágio de desenvolvimento socioeconômico da Região estão umbilicalmente ligadas a essas raízes. Torna-se necessário, conseqüentemente, romper com esses laços daninhos da formação regional, para que o futuro da Amazônia possa ser construído com perspectivas mais promissoras e salutaras para seus habitantes.

História regional e políticas públicas

Como vimos, ao contrário das regiões coloniais onde os migrantes europeus fixaram residência procurando reconstruir suas vidas e adotando a nova moradia como sua terra natal – uma vez que na Europa não tinham mais condições de permanecer, por motivos políticos e/ou religiosos –, no Brasil, em geral, e na Amazônia, em particular, os europeus não estavam preocupados em promover o povoamento da região e sim a exploração econômica que lhes permitisse acumular riquezas materiais para desfrutarem de uma vida melhor em seus lugares de nascimento.⁴

Analogamente, também esse é o significado contemporâneo e o papel que a região representa para o que podemos denominar de “bandeirantes do século XX”, isto é, aventureiros modernos, empresários, fazendeiros, madeireiros, pequenos comerciantes e profissionais liberais de outras regiões do país, notadamente, mas não exclusivamente de São Paulo.⁵

⁴ Ilustrativo desse processo é o fato de o maior fluxo de migrantes portugueses durante o período colonial ter se dado nos primeiros anos do século XVIII com a descoberta do ouro nas Minas Gerais. Na Amazônia a colonização foi promovida pelo Estado português, mas, paradoxalmente, o colono foi o índio.

⁵ Os médicos ilustram bem esse fato. Após a abertura das rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho, na década de 1960, muitos médicos recém-formados no centro-sul vieram para municípios de fronteira no Pará e em Rondônia, iniciando carreira política como prefeitos. A maioria deles, com especialização em ginecologia, para angariarem votos, lançaram mão de expedientes clientelistas realizando gratuitamente cirurgias de ligadura das trompas em suas pacientes, conseguindo se eleger por meio desse expediente. Giovani Queiroz e Faissal Salmen, atuais deputados paraenses, seguiram essa trajetória.

Durante o período imperial e a República Velha, a Amazônia esteve predominantemente à margem dos eixos principais da economia e da sociedade nacional. A presença do Estado nacional e das políticas públicas na região, com raras exceções, inexistiu, concretamente, em todos os sentidos.

A revolução de 1930 começa a alterar esse relativo isolamento, principalmente a partir das décadas de 1940 e 1950, para depois consolidar a ocupação de grande parte da fronteira amazônica nos anos 1970.

É, portanto, durante a Segunda Guerra Mundial, que o Estado nacional, em decorrência dos Acordos de Washington,⁶ irá promover uma primeira investida de políticas públicas na Amazônia, no sentido de criar infra-estrutura social e econômica no contexto da Batalha da Borracha. Almejava-se contribuir para o esforço de guerra suprindo o mercado dos Estados Unidos da América de borracha natural, uma vez que o abastecimento havia sido interrompido com a tomada, pelo Japão, das principais regiões produtoras de borracha cultivada na Ásia. A Batalha da Borracha representou concretamente a primeira presença oficial e marcante do Estado brasileiro na região.⁷

A partir da segunda metade da década de 1950, a Amazônia experimentou um surto de crescimento que resultou em uma expansão bastante significativa da economia regional. É quando se inicia a incorporação da Região ao mercado nacional polarizado por São Paulo, com o término da construção das rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho no início da década de 1960.

A estratégia de ocupação da Amazônia durante os governos militares (1964-1985) consubstanciou-se na criação de mecanismos de incentivo à penetração do capital nacional e internacional no mercado de terras, assegurando vantagens fiscais para a criação de grandes projetos agropecuários, atraindo trabalhadores rurais para programas de colonização dirigida, abrindo estradas e consolidando a infra-estrutura de transportes, comunicações e energia elétrica, prioritariamente para insumo energético de grandes indústrias do setor mineral.

Em síntese, esse processo esgotou recursos públicos, favoreceu a acumulação privada, a especulação e a privatização das terras devolutas, com grandes fluxos de pessoas e mercadorias para a Região, favorecendo a integração da Amazônia aos centros de decisão nacional, sendo o Estado o principal agente da viabilização desse processo e os grupos econômicos os maiores favorecidos. Os lucros privados acabaram sendo obtidos com os custos públicos. As políticas públicas de ocupação e

⁶ Sobre os Acordos de Washington e a Batalha da Borracha ver: MARTINELO, 1988.

⁷ Nesse período foram criados o Instituto Agrônomo do Norte, atual Embrapa Amazônia Oriental; o Serviço de Navegação da Amazônia, atual ENASA; o Serviço de Navegação dos Portos e Aeroportos do Pará, os aeroportos dos territórios federais do Amapá, Rondônia e Roraima; o Banco da Borracha, atual Banco da Amazônia – BASA; e o Serviço Estadual de Saúde Pública, subvencionado pela Fundação Rockefeller, que foi o primeiro programa social na Amazônia. É a atual Fundação SESP.

desenvolvimento regional da Amazônia, do ponto de vista econômico, deixaram pequenos resultados concretos, que dificilmente justificam as opções preferenciais pelo subsídio aos diversos detentores do capital.

Estava redefinida ou consolidada a forma de inserção da Amazônia à nação brasileira. Continuará como supridora de matérias-primas extrativas e importadora de produtos manufaturados. Mudaria apenas a origem do mercado fornecedor, da Europa e dos Estados Unidos para São Paulo.

As conseqüências dessa estratégia governamental em um país de formação capitalista retardatária e dependente apresentaram, nas últimas décadas do século XX, características similares às do período colonial. Na Amazônia, o capital também chegou na frente, arrematou as terras, expropriou camponeses e seringueiros, desarticulou grupos étnicos, empurrou a todos para centros urbanos, onde contingentes populacionais passaram a constituir uma nova e extemporânea marginalidade urbana. A população que migrou para a região em busca de terra e oportunidade de trabalho chegou atrasada.

Dessa forma, as populações tradicionais foram espoliadas e expropriadas de seu habitat natural. Os camponeses e garimpeiros que migraram para a Região entraram em conflito com os fazendeiros, madeireiros, empresas mineradoras e povos indígenas, fazendo crescer substancialmente a população das cidades amazônicas. Nessas, passou a prevalecer um quadro de exclusão social com limitada oferta de empregos e serviços públicos em quantidade e qualidade que permitissem a construção de um cenário favorável à formação de relações de confiança mútua, associativismo e solidariedade social. O crescimento urbano desregrado afetou seriamente as relações sociais, provocando o desestímulo das mobilizações locais no sentido de uma sociedade mais democrática e igualitária.

O papel das elites amazônicas no desenvolvimento regional

Não se deve desprezar nesse processo a mentalidade e o papel das elites locais na concepção e implementação das políticas públicas na região, pois a ação fortemente individualista dessas elites, associada aos interesses do capital nacional e internacional, ganha concretude no poder político regional que é, na verdade, o canal que expressa esses interesses particulares. Os representantes dessa elite nos governos, no legislativo, no judiciário e nas universidades da Região também reproduzem esse padrão de cidadania pouco virtuosa ou baixo civismo em relação aos interesses coletivos da população regional.

Assim, podemos inferir que as causas do atraso, da pobreza, da degradação ambiental, da exclusão social e da baixa prosperidade econômica na Amazônia brasileira podem ser creditadas à ação predatória de empresários, banqueiros, comerciantes nacionais e internacionais e governo central, associados aos governos e às elites locais, comprometendo o desenvolvimento regional.

Esse componente insere-se num contexto em que, no meio rural, a formação social está fortemente marcada por uma economia extrativista, que tem no aviamento sua forma específica de super-exploração do trabalho, dificultando a constituição de relações permanentes e de solidariedade entre a população amazônica e favorecendo as ações de mandonismo, clientelismo, autoritarismo e patrimonialismo das elites e baixo controle social em relação à ação governamental.

Nesse sentido, estratégias de políticas públicas visando à acumulação de capital social na Amazônia não podem limitar-se à formação e à capacitação de recursos humanos para melhorar a eficiência e eficácia da gestão governamental, sendo fundamental a formação de lideranças políticas que estejam comprometidas com a busca da justiça social e com a construção da cidadania.

Para garantir a sustentabilidade é preciso que a sociedade local tenha densidade organizativa e participe da vida pública, exercendo o controle social dos respectivos governos (accountability). Dado o baixo capital social regional, torna-se premente a busca de mecanismos que possam promover a conscientização da população para a importância da construção de um projeto coletivo de desenvolvimento regional, que sacrifique parcela dos interesses particulares em prol das transformações estruturais necessárias.

Os resultados desse processo não são imediatos, mas a formação de novas lideranças que possam conduzir, a médio e longo prazo, à transformação da mentalidade individualista que prevalece nas elites e na maioria da população regional é uma estratégia a ser perseguida pela parcela dos habitantes que já tomaram consciência dessa necessidade. Por isso é importante que as universidades da região passem a considerar essa estratégia como fundamental, para que possam exercer uma função social mais nobre do que aquela que até agora elas têm representado na vida econômica, social e cultural da Amazônia.

O esforço necessário para superar esse ciclo e caminhar em direção às mudanças qualitativas que promovam o desenvolvimento regional não está circunscrito ao aumento da eficiência e da eficácia da ação do governo, embora estes sejam também fatores importantes. Como vimos, o ciclo que representa ou explica o atraso, a pobreza e a exclusão social regional resulta do processo histórico em que se forjaram as relações de produção, comercialização e de convivência social entre as classes regionais, e entre as elites locais e o poder econômico nacional e internacional.

Pode-se inferir que existe uma forte correlação entre a característica básica dessas relações, a ação do Estado e o grau de prosperidade econômico-social local, pois, como vimos, as relações entre as populações tradicionais e os trabalhadores migrantes que vieram para a Amazônia e os colonizadores, europeus, inicialmente, e capitalistas e aventureiros do centro-sul, a partir de 1960, mediadas pelo Estado, resultaram na baixa prosperidade material da maioria da população, no inexpressivo capital social e na prevalência de governos municipais e estaduais com aquelas características originais.

Universidade, mudança de mentalidade e desenvolvimento local na Amazônia

No quadro anteriormente esboçado, as universidades amazônicas são instituições que têm um papel fundamental no delineamento e encaminhamento das melhores estratégias para reorientar o curso histórico que tem reproduzido os velhos padrões de dominação e paternalismo, presentes desde os tempos coloniais, e que neste início de milênio têm provocado o agravamento da exclusão social e dos problemas ambientais na Região.

Todavia, é preciso alterar a tradição academicista lusitana de isolamento da universidade em relação à sociedade, aos governos e aos setores produtivos regionais, por meio de uma nova forma de se construir a concepção e implementação de políticas públicas pela negociação com o poder político e econômico regional, de modo a representar os verdadeiros anseios da população amazônica em relação à busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho integrados com a natureza. Para tanto é mister também mudar a mentalidade institucional, revertendo décadas de condicionamento.

No atual contexto de globalização econômica, em que tem ganhado importância o desenvolvimento local⁸ como a mais recente estratégia para superação da pobreza e construção da cidadania, os municípios passam a ter que assumir e arcar com o ônus da concepção e execução de políticas públicas voltadas não somente para o desenvolvimento social, mas também para o desenvolvimento produtivo do território municipal.

No Brasil, em geral, e na Amazônia, mais destacadamente, a realidade dos municípios e estados que a compõem não é homogênea, acentuando-se, em maior ou menor grau, as diferenças culturais e econômicas entre estados e municípios, principalmente nas unidades federativas que sofrem maior fluxo migratório, como Pará e Rondônia.

Os municípios amazônicos de forma geral, talvez com exceção daqueles que abrigam grandes empreendimentos extrativistas e das capitais dos Estados, não dispõem de pessoal qualificado e recursos para financiar as atividades de extensão e assessoria que as universidades poderiam e deveriam ofertar-lhes. Por outro lado, o modelo neo-liberal da política econômica brasileira, que exige a sangria da maior parte da riqueza nacional para o pagamento das dívidas interna e externa, tem significado uma imposição crescente de escassez de recursos orçamentários para o ensino público superior no país. Como superar esse obstáculo?

⁸ Desenvolvimento Local faz parte do processo de reestruturação produtiva e reforma do Estado em curso nos países do mundo globalizado. No Brasil, a partir da década de 1990 destacam-se os Programas de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Governo Federal e o Programa de Desenvolvimento Local do PNUD incentivado pelo BNDES. No âmbito dos governos sub-nacionais, as experiências regionais e locais mais bem sucedidas estão nos estados da região Sul e em alguns municípios do sudeste e nordeste com governos democráticos e lideranças mais criativas e atuantes. A esse respeito ver, entre outros: Bandeira, 1999 e BNDES/PNUD, 2000.

Uma das alternativas para superação do problema acima delineado seria, a partir das condições específicas de cada região amazônica, que a sociedade regional buscasse incentivar e cobrar dos gestores responsáveis pela direção das universidades a concepção e implementação de estratégias de apoio ao desenvolvimento regional e local dos territórios em que atuam.

No caso do Pará, por exemplo, a Pró-Reitoria de Extensão tem promovido diversos *workshops* e seminários com as associações dos municípios das regiões do estado, que têm demonstrado que a maioria das demandas oriundas dos municípios paraenses não tem sido devidamente encaminhada por falta de recursos humanos qualificados nos municípios, atores que possam transformar os problemas locais em bons projetos. Parece claro que, possuindo-se bons projetos, aumenta muito a probabilidade de êxito na obtenção de financiamento e execução deles para que os problemas sejam transformados em soluções.

Nessa conjuntura de escassez de recursos, as universidades deveriam tomar a iniciativa de construir uma articulação interinstitucional e suprapartidária, envolvendo os governos municipais, por meio das associações representativas, os governos estadual e federal, a sociedade civil, o setor produtivo e as lideranças políticas com representação parlamentar nas câmaras municipais e federal e nas assembleias legislativas estaduais, para viabilizar a constituição e o financiamento de um espaço interinstitucional que promovesse não apenas a capacitação e a qualificação de gestores públicos municipais e o empreendedorismo local, mas, fundamentalmente, pudesse disponibilizar assessoria sistemática e permanente aos municípios, tanto na elaboração de projetos de desenvolvimento local, quanto nas atividades de sensibilização dos munícipes para a importância da efetivação de mecanismos institucionais democráticos para a elaboração de políticas públicas, os chamados conselhos regionais e municipais de desenvolvimento, que têm se revelado, nas regiões mais prósperas, de fundamental importância para a acumulação de capital social e de encaminhamento de soluções compartilhadas para os problemas regionais.⁹

Institucionalizar, portanto, escolas de governo no âmbito das universidades amazônicas, financiadas com recursos públicos e privados, representa passo importante na construção de capital humano e social regional, sem os quais, a história já demonstrou, o desenvolvimento produtivo é efêmero e mera quimera que não internaliza melhoria das condições de vida.

Considerações Finais

As atuais condições sociais e ambientais da Amazônia são resultantes das decisões, ações e omissões do poder público nacional e regional. Mas o governo, ou os governos dos estados e

⁹ No Rio Grande do Sul, as universidades têm forte participação nos 22 Conselhos Regionais de Desenvolvimento, sendo muitos deles presididos pelos reitores e pró-reitores, fato que reflete diretamente na qualidade de vida, pois os melhores IDH do Brasil pertencem aos municípios e ao estado gaúcho. Cf. Bandeira, op. cit..

municípios amazônicos, estão inseridos em um contexto sócio-econômico-institucional que, de certa forma, reflete a posição das elites locais associadas aos interesses do poder econômico nacional e internacional.

O sistema universitário, por sua vez, continua formado por departamentos herméticos, fragmentados em grupos ou indivíduos isolados, com um excesso de tendências auto-afirmativas. A mudança estrutural deve ser estimulada por meio de programas temáticos que promovam a integração de pesquisadores e profissionais das mais diversas áreas, organizados em equipes e trabalhando entre equipes, a partir de um ponto de vista sistêmico e voltado para a solução de problemas sociais, ou não haverá resolução de problemas significativos.

O futuro da Amazônia, como vimos, é reflexo do passado materializado no presente. Torna-se necessário mudar, no presente, as características básicas de nossa formação. Se as pessoas não mudarem, sua realidade também não mudará. E se os modernizadores não se modernizarem, isto é, se os formadores de opinião e educadores de hoje não mudarem sua mentalidade, seus alunos continuarão reproduzindo, amanhã, o que seus professores fizeram ontem.

Os políticos, comerciantes e industriais da Amazônia dificilmente tomarão essa iniciativa. Se os intelectuais que têm consciência desse quadro e pertencem à universidade, instituição com força e prestígio para intervir e ajudar a mudá-lo, também continuarem a se omitir, as raízes daninhas amazônicas não serão arrancadas e nosso presente e futuro continuarão a ser, em essência, similares ao passado.

Referências

BANDEIRA, Pedro. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. *Texto para Discussão n. 630*. Brasília: IPEA, fevereiro de 1999.

BNDES/PNUD. *Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local*. Recife: 2000.

GOMES, Gustavo Maia e VERGOLINO, José Raimundo. *Trinta e Cinco Anos de Crescimento Econômico na Amazônia (1960/1995)*. Belém: Sudam, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 13 edição, 1979.

MARTINELLO, Pedro. *A Batalha da Borracha durante a Segunda Guerra Mundial*. Rio Branco: Cadernos UFAC, Série Estudos e Pesquisas 1, 1988.

SAINT MARC, Philippe. *A Economia Bárbara*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.